



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SÃO LEOPOLDO EM 03.09.2014

Aos 03 dias do mês de setembro de 2014, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de São Leopoldo a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº0004538-03.2014.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Coordenador Josué Alfredo Barreto da Silveira e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 23.07.2013

Jurisdição: Alto Feliz, Bom Princípio, Capela de Santana, Feliz, Linha Nova, Portão, São José do Hortêncio, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2013 a 03.09.2014

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Jarbas Marcelo Reinicke	4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de São Leopoldo gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Josué Alfredo Barreto da Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Coordenador (CJ1)	02.12.1993
2	Nirton Vicente Scherer	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	12.04.2010
3	Gilmar Pereira Klock	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	19.12.2000
4	Cláudio Renato de Azevedo	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	11.04.2005
5	Jackson Batista Silva de Albuquerque	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	22.11.2010
6	William Wagner de Melo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.11.2011
7	Mário Márcio Silva da Luz	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	09.09.2013
8	Lisiane Renata Kremer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	14.07.2014

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Edegar Closs Pinter	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	26.02.2007
2	Rafael Ângelo Slomp	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	30.10.2010



3	Alicia Wilke Salvador	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	09.03.2011
4	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	16.03.2012
5	Moisés Bueno Lopes Neto	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	10.05.2012
6	André Facini Pereira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	23.07.2012
7	Thomaz da Costa Farias	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	16.07.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.08.2014)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
Servidor	Motivo	Dias de Afastamento (em dias)	Total (em dias)	
1	Cláudio Renato de Azevedo	Curso ou Evento	7	27
		Dispensa do ponto	8	
		Doença em Pessoa da Família	6	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS) - Odontologia	2	
2	Gilmar Pereira Klock	Curso ou Evento	11	11



3	Jackson Batista Silva de Albuquerque	Curso ou Evento	12	15
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
4	Josué Alfredo Barreto da Silveira	Curso ou Evento	6	6
5	Lisiane Renata Kremer (desde 14.07.2014)	-	-	-
6	Mário Márcio Silva da Luz (desde 09.09.2013)	Dispensa do ponto	2	4
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS) – Odontologia	2	
7	Nirton Vicente Scherer	Curso ou Evento	3	3
8	William Wagner de Melo	Curso ou Evento	1	1

Servidores Lotados na Central de Mandados

	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento (em dias)	Total (em dias)
1	Alícia Wilke Salvador	-	-	-
2	André Facini Pereira	Curso ou Evento	1	1
3	Edegar Closs Pinter	-	-	-
4	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	Curso ou Evento	1	1
5	Moisés Bueno Lopes Neto	Curso ou Evento	1	1
6	Rafael Ângelo Slomp	-	-	-
7	Thomaz da Costa Farias (desde 16.07.2013)	Dispensa do ponto por compensação	1	1

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.08.2014)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Tânia Regina Todt da Silva	14/11/2013	18/05/2014	6 meses e 5 dias	Lotação na 1ª Vara do trabalho de Canoas



Servidores Lotados na Central de Mandados					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Eduardo de Oliveira Virtuoso	13.02.2002	30.06.2013	11 anos, 4 meses e 18 dias	Lotação na Central de Mandados de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.08.2014)

2.2.5 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.08.2014.

2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)	
1	Cláudio Renato de Azevedo	-	-	74	74
2	Gilmar Pereira Klock	-	-	52	52
3	Jackson Batista Silva de Albuquerque	30	-	203	233
4	Josué Alfredo Barreto da Silveira*	-	10,5	70	80,5
5	Lisiane Renata Kremer	-	54	38	92
6	Mário Márcio Silva da Luz	30	-	251	281
7	Nirton Vicente Scherer	-	-	20	20
8	William Wagner de Melo	30	29,5	70	129,5

Servidores Lotados na Central de Mandados					
Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)	
1	Alícia Wilke Salvador	-	-	-	-
2	André Facini Pereira	-	-	14	14
3	Edegar Closs Pinter	-	-	-	-
4	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	30	-	85	115
5	Moisés Bueno Lopes Neto	30	-	97	127
6	Rafael Ângelo Slomp	-	-	-	-



7	Thomaz da Costa Farias	30	-	14	44
---	-------------------------------	----	---	----	-----------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.08.2014)

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2012	1.419	R\$ 7.848,46	R\$ 0,00
Média mensal - 2012	118,25	R\$ 654,04	R\$ 0,00
2013	1.390	R\$ 7.090,38	R\$ 597,25
Média mensal - 2013	115,83	R\$ 590,87	R\$ 49,77
Varição 2012-2013	-2,04%	-9,66%	-
2014 (até 31.07)	603	R\$ 3.340,09	R\$ 0,00
Média mensal - 2014	86,14	R\$ 477,16	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 21.08.2014)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram recebidas pela Unidade, em média, 115,83 solicitações de emissão de certidão negativa por mês em 2013. Em relação ao ano anterior, registrou-se redução de 2,04% na média de certidões expedidas mensalmente.

Conforme informado pelo Coordenador, a Unidade atende às solicitações de certidão negativa em, no máximo, 48 horas – sendo possível a expedição imediata, ou em um prazo de 24 horas, conforme a extensão e a complexidade da pesquisa a ser realizada nos sistemas inFOR e PJe. Após a expedição da certidão e a entrega desta à parte, são arquivados em pasta própria os requerimentos originais (os quais devem conter as informações pertinentes a cada interessado - tais como CPF e CNPJ, para fins de conferência junto à Receita Federal do Brasil), o contrato social da empresa (caso o solicitante seja sócio desta), procuração (caso solicitado por terceiros) e a guias de recolhimento dos emolumentos (GRU).



3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	6.193 – 15,55%	33.638 – 84,45%	39.831
Processos com reclamadas	61.887 (totalmente) – 60,91%	31.437 – 30,94%	101.609
	8.285 (parcialmente) – 8,15%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.08.2014, às 12h52in)

Em observância ao disposto no §4º do art. 41 da CPCr, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 06.12.2012 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 7.862/2012, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo informações prestadas pelo Coordenador da Unidade, a adoção de providências para unificação dos dados cadastrais das reclamadas que já se encontram no banco de dados mas que não possuem o seu cadastro unificado no sistema inFOR se dá mediante requerimento ao Juiz Diretor do Foro. Ainda, quando havia inclusão de uma nova reclamada no banco de dados do inFOR (em virtude do ajuizamento físico de petições iniciais), era realizado um controle semanal para se proceder às devidas unificações; atualmente, em razão da utilização do sistema PJe, utiliza-se as unificações comunicadas pela SECOR via e-mail ou pelo Portal Vox (aba “Corregedoria - Alteração Cadastros Unificados do PJe”) e, se verificada a existência de cadastro divergente da reclamada no sistema inFOR, requer-se ao Juiz Diretor do Foro as devidas retificações no sistema. Também há controle para unificação dos cadastros em caso de inclusão de novas reclamadas ou de sócios no polo passivo das demandas – nesse caso, busca-se confirmar a origem da determinação, com subsídios tais como cópia de alteração de contrato social, determinação em ata de audiência ou petição solicitando alterações cadastrais.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 13.08.2014, 6.193 reclamadas do Foro de São Leopoldo encontravam-se com cadastro unificado (15,55%). Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado alcançavam 61.887 dos processos que tramitam na Comarca (60,91%).



3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		4.700 – 31,14%	10.392 – 68,86%	15.092
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	50.855 (totalmente) – 50,05%	50.253 – 49,46%	101.609
		501 (parcialmente) – 0,49%		
	Reclamada	27.767 (totalmente) – 27,33%	67.301 (66,24%)	
		6.541 (parcialmente) – 6,44%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.08.2014, às 13h04min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 4.700 endereços de advogados cadastrados no Foro de São Leopoldo encontravam-se unificados (31,14%). Além disso, em 50.855 processos os endereços de advogados de reclamantes se encontravam totalmente unificados (50,05%), enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançavam 27.767 (27,33%).

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Órgãos		1.128 – 75,45%	367 – 24,55%	1.495
Processos com Órgãos		13.508 – 89,83%	1.529 – 10,17%	15.037

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.08.2014, às 14h30min)

De acordo com o sistema informatizado inFOR, 1.128 órgãos tinham seu cadastro unificado em 13.08.2014 (75,45%).

3.3 CADASTRAMENTO DE PETIÇÕES INICIAIS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)
Ação Anulatória	1	0	-100,00%	0
Ação Cautelar	23	0	-100,00%	0
Ação Civil Coletiva	4	0	-100,00%	0
Ação Civil Pública	3	0	-100,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	25	0	-100,00%	0



Ação de Cobrança de Honorários	2	0	-100,00%	0
Ação de Consignação	79	0	-100,00%	0
Ação de Cumprimento	24	0	-100,00%	0
Ação de Indenização	149	0	-100,00%	0
Ação Declaratória	5	0	-100,00%	0
Ação Monitória	1	0	-100,00%	0
Ação Possessória	1	0	-100,00%	0
Carta de Ordem	20	0	-100,00%	0
Carta de Sentença	12	16	33,33%	2
Carta Precatória	1.047	0	-100,00%	0
Embargos de terceiro	49	2	-95,92%	0
Inquérito	1	0	-100,00%	0
Mandado de Segurança	1	0	-100,00%	0
Outros	17	9	-47,06%	2
Protesto	3	0	-100,00%	0
Reclamatória - Ordinário	5.132	9	-99,82%	8
Reclamatória - Sumaríssimo	831	1	-99,88%	2
Restauração de Autos	1	0	-100,00%	0
TEE Outros	6	0	-100,00%	0
TEE Multa DRT	4	0	-100,00%	0
TOTAL	7.441	37	-99,50%	14
MÉDIA POR MÊS	620,08	3,08	-99,50%	2,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.08.2014)

No ano de 2013, foram distribuídas 37 novas ações na Comarca de São Leopoldo, registrando-se uma média mensal de 3,08 distribuições. Esse número foi inferior em 7.404 às ações distribuídas em 2012, correspondendo a uma redução de 99,50% na média mensal de distribuições. Essa redução é justificada pelo fato de, a partir do dia 06.12.2012, as ações ajuizadas terem passado a ser distribuídas exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados		
Total	Dias úteis	Média/dia



2012	25.071	229	109,48
2013	3.455	232	14,89
Variação 2012-2013	-86,22%	1,31%	-86,40%
2014 (até 31.07)	4.243	129	32,89

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.08.2014)

Verificou-se, no sistema informatizado, que a Unidade Judiciária protocolou 3.455 petições e documentos em 2013. Esse número corresponde a uma média de 14,89 protocolos a cada dia útil no período. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se redução de 86,40% na média de petições e documentos protocolados; conforme dito anteriormente, essa redução é justificada pela implementação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) a partir do dia 06.12.2012.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. Consoante informado pelo Coordenador, o arquivo do Foro de São Leopoldo se localiza em prédio contíguo ao Foro Trabalhista (na Rua Júlio de Castilhos, nº 63). Quando do recebimento das guias/lotês de processos para remessa ao arquivo, é efetuada a conferência dos processos, de acordo com a listagem recebida, e, em não havendo divergência, o lote é identificado com o número da Vara de origem, o número do lote e o ano do arquivamento, para posterior localização.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se que o arquivo encontra-se rigorosamente organizado, sendo uma preocupação do coordenador manter volume de autos arquivados de acordo com a demanda e possibilidade de gerenciamento do arquivo central na capital do estado.

De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2013, foram encaminhadas 85 guias de arquivamento pela 1ª Vara, 112 guias pela 2ª Vara, 121 guias pela 3ª Vara e 127 guias de arquivamento pela 4ª Vara, totalizando 445 guias de arquivamento no ano. Já em 2014, até o dia 13.08.2014, a 1ª, a 2ª, a 3ª e a 4ª Varas encaminharam, respectivamente, 44, 58, 37 e 50 guias de arquivamento à Unidade Judiciária.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0124500-51.2001.5.04.0331	10.07.2014	21.07.2014	13

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.08.2014)



A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 01 processo em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1 DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição na qual está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento. Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da CCDF, a Jurisdição de São Leopoldo compreende os Municípios de São Leopoldo e Portão, e as demais localidades pertencem à jurisdição do Posto Avançado de São Sebastião do Caí, embora os sete Oficiais na ativa realizem revezamento para atendimento conforme a setorização vigente até 30.09.2014, especificada abaixo:

Setor 1 – Servidor André Facini Pereira: composto pelos bairros Padre Reus, Fião, Cristo Rei, Santa Teresa, Duque de Caxias e São João Batista, e pelos municípios de Capela de Santana e São Sebastião do Caí.

Setor 2 – Servidora Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes: composto pelo trecho da rodovia BR-116 situado no bairro Centro e pelos bairros São Miguel e Vicentina.

Setor 3 – Servidor Thomaz da Costa Farias: composto pelos bairros Centro, São José, Pinheiro, Rio dos Sinos e Santos Dumont.

Setor 4 – Servidor Moisés Bueno Lopes Neto: composto pelos bairros Campina, Arroio da Manteiga, Scharlau e Boa Vista.

Setor 5 – Servidora Alícia Wilke Salvador: composto pelos bairros Morro do Espelho e Jardim América, e pelo município de Portão.

Setor 6 – Servidor Rafael Ângelo Slomp: composto pelo bairro Feitoria e pelos municípios de Bom Princípio, Tupandi e São Vendelino.

Setor 7 – Servidor Edegar Closs Pinter: composto pelos bairros Rio Branco, Santo André, Fazenda São Borja e Campestre e pelos municípios de São José do Hortêncio, Feliz, Linha Nova, Alto Feliz e Vila Real.

Ainda em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, o Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais



de Justiça entre os setores é feito a cada três meses, registrando-se que o último foi realizado em 30.06.2014.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é realizada uma vez por semana, às sextas-feiras. Os mandados classificados como urgentes são distribuídos de imediato ao Oficial responsável pelo setor, para cumprimento conforme a urgência, e os mandados destinados ao plantão são distribuídos imediatamente. A devolução dos mandados às Varas, após o cumprimento destes pelos oficiais de justiça, é realizada diariamente.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1 Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Número de mandados recebidos para cumprimento						
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Total	Média mensal
2012	1.386	1.372	1.011	0	3.769	314,08
2013	282	419	316	400	1.417	118,08
Variação 2012-2013	-79,65%	-69,46%	-68,74%	-	-62,40%	-62,40%
2014 (até 31.07)	168	109	91	134	502	71,71

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.08.2014)

Em 2013, a Central de Mandados recebeu um total de 1.417 mandados das Varas do Trabalho. Na comparação com o ano de 2012, constata-se que houve redução de 62,40% na demanda de mandados recebidos, sendo que a média mensal de mandados recebidos, que era de 314,08 em 2012, caiu para 118,08 em 2013.

4.3.2 Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos				
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)
Busca e Apreensão	35	6	-82,86%	2
Citação	973	303	-68,86%	79
Condução de Testemunha	19	17	-10,53%	0



Notificação	1.596	379	-76,25%	102
Penhora	918	584	-36,38%	236
Outros	287	196	-31,71%	77
Total	3.828	1.485	-61,21%	496

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.08.2014)

Foram cumpridos 1.485 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2013. Considerando o número de mandados recebidos das Varas (item 3.3.1), constata-se que foram cumpridos 68 mandados a mais do que os recebidos no mesmo lapso, concluindo-se que houve redução no estoque de mandados pendentes de cumprimento de 2013 para 2014. Também se constata redução de 61,21% no número de mandados cumpridos pelos oficiais de justiça, o que se deve à utilização do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), a partir de 06.12.2012.

Quanto aos tipos de demandas cumpridas pela Central de Mandados em 2013, as penhoras registraram o maior número (584), seguidas das notificações (379) e das citações (303).

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias				
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)
Busca e Apreensão	15,37	2,50	-83,74%	12,50
Citação	14,09	18,62	32,21%	13,76
Condução de Testemunha	18,74	19,47	3,92%	-
Notificação	7,67	7,55	-1,54%	12,33
Penhora	19,47	21,67	11,28%	20,94
Outros	9,09	13,42	47,66%	17,70
Prazo médio geral	12,36	16,25	31,47%	17,49

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.08.2014)

O tempo médio para cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça vem aumentando: em 2012, o prazo médio geral foi de 12,36 dias, ao passo que em 2013 esse prazo subiu para 16,25 dias. Salienta-se que, com exceção das buscas e apreensões e das notificações, a elevação dos prazos é verificada em todas as espécies de mandados.

Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que o prazo das penhoras foi o mais moroso em 2013, levando, em



média, 21,67 dias para cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores, seguido das conduções de testemunha, cuja média foi de 19,47 dias para cumprimento. Em contrapartida, o cumprimento mais célere é verificado nas buscas e apreensões (2,50 dias).

4.3.4 Número de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso						
	2012		2013		2014 (até 31.07)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	18	51,43%	0	0,00%	1	50,00%
Citação	409	42,03%	159	52,48%	35	44,30%
Condução de Testemunha	9	47,37%	7	41,18%	0	0,00%
Notificação	402	25,19%	106	27,97%	40	39,22%
Penhora	527	57,41%	323	55,31%	141	59,75%
Outros	74	25,78%	69	35,20%	38	49,35%
Total Geral	1.439	37,59%	664	44,71%	255	51,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.08.2014)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de nove dias (art. 721, § 2º, da CLT), ampliado para dez dias nos casos de avaliação (art. 721, § 3º, c/c art. 888, *caput*, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, foram devolvidos 664 mandados após o decurso do prazo legal em 2013, valor correspondente a 44,71% de todos os mandados cumpridos. Além do índice elevado, nota-se elevação em relação aos dados de 2012, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 37,59%.

Dentre as espécies de mandados, as citações registraram o maior acréscimo no percentual de mandados devolvidos com atraso, na comparação entre 2012 e 2013 (de 42,03% para 52,48%). Em contrapartida, as conduções de testemunha apresentaram considerável redução nesse percentual (de 47,37% para 41,18%). Destaque-se, ainda, a inexistência de quaisquer mandados de busca e apreensão devolvidos com atraso no ano de 2013.

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de São Leopoldo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Alícia Wilke Salvador						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	01	01	00	00
Citação	111	106	38	42	12	13
Condução de Testemunha	00	00	02	02	00	00
Notificação	186	185	50	50	28	24
Penhora	107	104	88	89	50	47
Outros	26	26	28	26	04	06
Total	432	423	207	210	94	90

André Facini Pereira						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	00	00	00	00
Citação	35	33	49	51	06	06
Condução de Testemunha	02	02	01	01	00	00
Notificação	43	40	80	83	12	12
Penhora	37	36	100	99	24	26
Outros	11	07	41	45	07	07
Total	129	119	271	279	49	51

Edegar Closs Pinter						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	06	06	03	03	00	00
Citação	273	291	51	54	07	06
Condução de Testemunha	05	06	07	07	00	00
Notificação	341	353	67	70	10	10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Penhora	171	178	93	94	24	24
Outros	46	47	33	34	03	03
Total	842	881	254	262	44	43

Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	08	08	00	00	00	00
Citação	105	98	38	45	04	04
Condução de Testemunha	05	05	02	02	00	00
Notificação	203	198	60	61	12	16
Penhora	133	118	74	84	28	29
Outros	41	40	21	20	13	14
Total	495	467	195	212	57	63

Moisés Bueno Lopes Neto						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	05	05	00	00	00	00
Citação	67	61	30	35	21	19
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	159	158	50	49	18	15
Penhora	84	71	75	84	38	35
Outros	36	33	22	20	14	19
Total	352	329	177	188	91	88



Rafael Ângelo Slomp						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	04	01	01	00	00
Citação	172	194	29	29	10	08
Condução de Testemunha	03	03	05	05	00	00
Notificação	320	335	32	32	14	14
Penhora	169	198	63	63	33	31
Outros	60	64	27	27	04	03
Total	725	798	157	157	61	56

Thomaz da Costa Farias						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	02	02
Citação	00	00	09	08	24	23
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	07	07	12	11
Penhora	00	00	22	21	44	44
Outros	00	00	07	05	24	25
Total	00	00	45	41	106	105

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

O Coordenador e o Assistente mostraram-se comprometidos com a organização e funcionamento da CCDF e a CDM, o que pode ser constatado com o nível de eficiência que se extrai dos dados apontados no relatório prévio para a correição. Em relação aos processos físicos, a unificação cadastral atinge, em relação às demandadas, pouco mais de 60% dos processos que tramitam no Foro. Com a instalação do sistema PJe no Foro de São Leopoldo a partir do final de 2012, houve sensível diminuição da quantidade de documentos e petições protocoladas. Foi apresentada, ainda, pelo Coordenador, demanda logística necessária ao melhor funcionamento do Foro, relativa à colocação de tela na extensão do parapeito do segundo andar como forma de garantir maior segurança.



6 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Diretor e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo no dia 02.09.2014, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às unidades judiciárias desse foro. Especificamente em relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados, não houve manifestação.

9 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

10 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Diretor do Foro Jarbas Marcelo Reinicke, pelo Coordenador Josué Alfredo Barreto da Silveira e seu Assistente Nirton Vicente Scherer e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional